

OS DESAFIOS NO PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA SALA DE AULA REGULAR

Edimilson Botelho Rodrigues¹
Kauane Andrade Honda²
Luciana Custódio de Oliveira³
Margarete Freitas da Silva⁴
Keila Batista de Oliveira⁵
Jonethy Dener Cesar de Souza⁶

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo compreender a inclusão dos alunos TEA no ensino regular, analisando se de fato ocorre essa inclusão amparada por lei, visando de maneira específica a discussão dos desafios em âmbito educacional e a identificação das características do indivíduo com esse transtorno. É um texto de cunho bibliográfico, por meio da abordagem qualitativa. Inicialmente, tratará do conceito de autismo e seu diagnóstico, depois se trata da Educação Inclusiva, a Política Nacional da Educação Especial. Esta pesquisa foi baseada em obras e leituras de outros autores, tendo como base livros, artigos, revistas e dissertações para a coleta de informações. Para tanto, adotou-se como referencial teórico Brasil (2012), Ferreira (2021), Klin (2006), MEC/SEESP (2007), Oliveira (2021), entre outros. Alguns desafios contribuem para os problemas mais frequentes em relação a esse termo, como a falta de formação, de capacitação docente e de apoio especializado. Contudo, conclui-se que este elemento de pesquisa proporciona uma reflexão sobre a inclusão desses alunos no ensino regular e a complexidade que ocorre sobre esse tema. Assim, faz-se necessário a compreensão do indivíduo com autismo e as dificuldades que ocorrem nesse processo de inclusão no âmbito educacional, abrindo margens para uma linha de discussão sobre o assunto, ocorrendo desafios para os profissionais na hora da inclusão, para os familiares na identificação e, principalmente, para as pessoas com autismo que buscam seus direitos dentro das instituições escolares, buscando aceitação e inclusão para suas necessidades.

Palavras-chave: Inclusão. Autismo (TEA). Escola.

CHALLENGES IN THE INCLUSION PROCESS OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD) IN THE REGULAR CLASSROOM

Abstract: This article aims to understand the inclusion of ASD students in regular education, analyzing whether this inclusion supported by law actually occurs, specifically

¹Mestre em Ciências da Educação. Especialista em Docência no Ensino Superior e Metodologias Ativas. Especialista em Estatística e Matemática Financeira. Professor de Matemática no Colégio Cathedral e no Centro Universitário Cathedral – UniCathedral. E-mail: ed-matematica@hotmail.com.

²Pós-graduada em Psicopedagogia pelo Centro Universitário UniCathedral. Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário UniCathedral. E-mail: kakauane56@hotmail.com.

³Pós-graduada em Educação Infantil pelo Centro Institucional de Cursos Educacionais Profissionalizantes (CIPEP). Graduada em Pedagogia pela Faculdade Italo. E-mail: vanilson.batista2016@gmail.com.

⁴Pós-graduada em Educação Inclusiva pelo Centro Universitário UniCathedral. Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário UniCathedral. E-mail: margaretefreitas@outlook.com.

⁵Pós-graduada em Alfabetização e Letramento pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR - Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário UniCathedral. E-mail: Keilabatistadeoliveira2019@gmail.com.

⁶Especialista em Metodologia do Ensino da História e da Geografia pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Especialista em Geopolítica e as Relações Internacionais pela Faculdade Iguacu. Graduado em Sociologia pelo Centro Universitário Estácio. E-mail: denerjonethy@gmail.com.

aiming to discuss the challenges in the educational context and identify the characteristics of the individual with this disorder. It is a bibliographic text, using a qualitative approach. Initially, it will deal with the concept of autism and its diagnosis, then it will deal with Inclusive Education, the National Special Education Policy. This research was based on works and readings by other authors, using books, articles, magazines and dissertations as a basis for collecting information. To this end, Brazil (2012), Ferreira (2021), Klin (2006), MEC/SEESP (2007), Oliveira (2021), among others, were adopted as theoretical references. Some challenges contribute to the most frequent problems in relation to this term, such as the lack of training, teacher training and specialized support. However, it is concluded that this research element provides a reflection on the inclusion of these students in regular education and the complexity that occurs on this topic. Thus, it is necessary to understand the individual with autism and the difficulties that occur in this process of inclusion in the educational context, opening up margins for a line of discussion on the subject, with challenges occurring for professionals at the time of inclusion, for family members in the identification and, mainly, for people with autism who seek their rights within school institutions, seeking acceptance and inclusion for their needs.

Keywords: Inclusion. Autism (ASD). School.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva é um processo de ensino que prevê o direito de educação igualitária e garante o desenvolvimento integral de todos, mas vale ressaltar que nem sempre foi assim. Na antiguidade, pessoas com deficiência eram tratadas como aberrações, sendo excluídas e não tinham direito de frequentar as escolas. Atualmente, a Educação Inclusiva proporcionou a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas, dentre elas crianças com diagnóstico de Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). A partir da criação da Lei nº 12.764, decretada em 27 de dezembro de 2012, fica instituído o Transtorno do Espectro Autista (TEA) como deficiência intelectual, e em seu artigo 7º, proíbe a recusa da matrícula de aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas regulares. Isso possibilita a inclusão de pessoas com deficiência intelectual como o TEA a um ensino igualitário nas instituições escolares (BRASIL, 2012, p. 01).

Nesse contexto, destaca-se que o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento que impede a criança de desenvolver o seu cognitivo como dificuldade para interagir, de comunicação, alterações comportamentais, entre outras.

Diante disso, observa-se que, em alguns casos, crianças com TEA não se desenvolvem rapidamente como outras pessoas, pois elas precisam de mais atenção e metodologias adaptadas, assim, o professor deve incluir esses alunos na sala de aula como todos os outros alunos. Apesar das formações, da busca de conhecimentos teóricos, a prática ainda é desafiadora para os professores, pois os alunos TEA são inseguros e já carregam consigo dificuldades de serem aceitos.

Os desafios do processo de inclusão dos alunos TEA ainda é muito grande, pois muitas pessoas e até mesmo profissionais não conhece o transtorno, como também a falta de recursos nas escolas, falta de profissionais qualificados para acompanhar esses alunos, pois na maioria das vezes é contratado pessoas que só tem o ensino médio, sem qualquer conhecimento para “ajudar” o aluno.

Assim, diante de estudos realizados, sugiram alguns questionamentos: será que, de fato, as escolas do ensino regular estão incluindo esses alunos na sala de aula? Os professores estão preparados e qualificados para propor metodologias diversificadas para esses alunos ou elas ficam apenas na teoria? A família está fazendo o seu papel como deveria?

No entanto, os autistas têm suas características, seletividade, nível e grau, assim para lidar com ele, precisa conhecer o transtorno, porque o apoio está ali para auxiliar no desenvolvimento do aluno e não apenas para o acompanhar. Esse é um dos pontos mais desafiante no processo de inclusão nas escolas.

2 METODOLOGIA

A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, por meio de uma análise exploratória. No entanto, este artigo apresenta uma pesquisa de cunho bibliográfico, que buscou dados em textos, livros, artigos e outros materiais científicos já publicados, usados para embasamento. A questão de pesquisa apresentada por autores renomados. Inicialmente, tratará do conceito de autismo e seu diagnóstico, depois se trata da Educação Inclusiva, a Política Nacional da Educação Especial. Esta pesquisa foi baseada em obras e leituras de outros autores, tendo como base livros, artigos, revistas e dissertações para a coleta de informações.

Para tanto, adotou-se como referencial teórico Brasil (2012), Ferreira (2021), Klin (2006), MEC/SEESP (2007), Oliveira (2021), entre outros.

3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E CONCEITOS SOBRE O AUTISMO

Para se falar do processo de inclusão no ensino regular, é necessário contextualizar a história da Educação Inclusiva. Na antiguidade, as pessoas com deficiência eram tratadas como lixo, como objetos não humanos, as pessoas que possuíam deficiência eram caracterizadas por diversos paradigmas no transcorrer da história, provocando consequências na vida dos portadores de necessidades especiais. Como diz o MEC/SEESP (2007)

O atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos 7 Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (MEC/SEESP, 2007, p. 02).

Por meio da declaração de Salamanca (1994), a Educação Inclusiva passa a ser vista como processo educacional em que todos os alunos incluídos devem ser educados juntos, seja com deficiência ou não, porém, com o apoio necessário e na idade certa, nas escolas regulares.

No entanto, com vários anos de lutas, alguns decretos e leis foram criados com o objetivo de garantir uma melhor qualidade de vida aos deficientes, como o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que disseminou o conceito de escola inclusiva no país.

Em meados de 1911, o psiquiatra Eugen Bleuler criou o termo “autismo” quando estudava sobre pessoas com características de esquizofrenia (Nossol, Albrecht, 2022, p. 03), mas foi o Cientista Leo Kanner que se tornou um elemento importante na área da psíquica, pois no ano de 1943, foi o primeiro a citar o autismo e ficou bastante conhecido como o pai desse quadro.

O termo Autismo foi nomeado pelo psiquiatra Leo Kanner tendo como base a terminologia originalmente concebida por seu colega suíço Eugen Bleuler em 1911, Bleuler iniciou o estudo na área ele foi o primeiro que utilizou o termo “Autismo” que deriva do grego “Autos”, que quer dizer volta-se para si mesmo. Para descrever o afastamento do mundo exterior observando em adultos com esquizofrenia, que tende a mergulhar em suas próprias fantasias e pensamentos. (Gómez, Terán, 2014, p. 447).

Durante a antiguidade, indivíduos com deficiência eram exterminados e, durante vários séculos, não puderam desfrutar do convívio social e até mesmo receber instrução escolar devido às suas limitações. Naquela época, o indivíduo com deficiência era considerado inferior, e todos os seus direitos, incluindo o direito à vida, foram negligenciados, já que crianças com deficiências eram mortas logo após o nascimento. Ao perceber a deficiência durante o desenvolvimento da criança, é comum que ela seja morta ou abandonada à sorte.

Nessa perspectiva, por meio de estudos e observações, Kanner acompanhou onze crianças no decorrer dos seus estudos nos Estados Unidos, percebendo que elas tinham comportamentos incomuns, e nomeou este estudo como “Distúrbios autísticos do contato afetivo”, podendo citar essa experiência em seu livro (Nossol e Albrecht, 2022, p. 08). Desde as descobertas de Kanner sobre o tema “autismo”, surgiram muitos pesquisadores interessados

nesse tema com intuito de aprofundar e buscar repostas sobre esse distúrbio, dando ênfase a novas pesquisas e teorias.

Atualmente, entende-se que o autismo, conhecido como TEA (Transtorno Espectro Autista), afeta o sistema nervoso prejudicando a interação social e a comunicação com outras pessoas, e um dos primeiros sintomas é o indivíduo se isolar da realidade, vivendo em um mundo interno e com comportamentos incomuns. Esse transtorno normalmente se identifica na infância, antes dos 3 anos, percebido pelos familiares e pessoas mais próximas. Sobre isso, Oliveira (2021, p. 10), afirma que,

o Transtorno do Espectro Autista apresenta características específicas, como a dificuldade de manter o contato visual; ecolalia, que é uma forma de afasia em que o paciente repete mecanicamente palavras ou frases que ouve; estereotípias, que são as repetições e rituais que podem ser linguísticos, motores e até mesmo de postura, interesses restritos, dificuldade de comunicação, linguagem expressiva e comunicativa. (ARAÚJO et al, 2022, p.08)

Como já mencionado, as pessoas com deficiência foram, ao longo da história, submetidas a diferentes tipos de tratamento pela sociedade. Apesar disso, essas pessoas eram quase sempre segregadas, o que, de certa forma, continua ocorrendo.

Outro marco nos estudos em relação ao autismo, ocorreu a partir de 1978, quando Michael Rutter, propôs a classificação, uma definição do transtorno, baseando em quatro critérios:

1) atraso e desvio sociais não só como função de retardo mental; 2) problemas de comunicação, não só em função de retardo mental associado; 3) comportamentos incomuns, tais como movimentos estereotipados e maneirismos; 4) início antes dos 30 meses de idade” (Klin, 2006, p.04).

Portanto, as manifestações dos déficits do autismo no cotidiano das crianças são perceptíveis. A falta ou atraso no desenvolvimento da linguagem oral pode levar a um déficit na comunicação/linguagem. No caso do autismo, a falta de reciprocidade, a dificuldade na socialização e o comprometimento no contato com os outros são frequentes. Outro aspecto percebido no autismo é o déficit comportamental, o qual se relaciona com a necessidade do autista de estabelecer uma rotina, além de movimentos repetitivos e estereotípias, que são comuns na maioria dos casos.

Nesse contexto, a inclusão de um estudante com deficiência em uma escola regular não deve ser vista apenas como uma obrigação, mas sim como uma prática fundamentada em um modelo educacional que visa a proteção da diversidade e dos direitos humanos. Trata-se de um processo social complexo resultante de ações estabelecidas por indivíduos.

Além do envolvimento da comunidade escolar e da comunidade, é preciso que a escola tenha as condições necessárias e adequadas para atender às necessidades e garantir o acesso e a permanência desses alunos. É imprescindível que o professor esteja atento às demandas de cada estudante, focando em suas habilidades e não em suas dificuldades, a fim de que ele se sinta incluído e, dessa forma, aprenda a aprender.

O transtorno do Espectro Autista pode ser classificado em graus e níveis e de acordo com Ferreira (2021, p. 10), os graus do autismo podem variar de leve, moderado, a grave, e os sinais comportamentais são definidos como: atraso na fala, baixo contato visual, alterações emocionais quando se há uma mudança na rotina, seletividade alimentar e apego anormal aos objetos, sendo importante ressaltar que nem sempre a criança apresentará todos os sinais.

Dessa forma, o indivíduo com esse transtorno pode demonstrar diferentes tipos de características, podendo ser mais leve, quando consegue viver normalmente, até o mais grave, que depende de outras pessoas para realizar atividades. O transtorno do Espectro Autista está sendo mais recorrente em todo mundo, afetando principalmente o gênero masculino, por isso, faz-se necessário ter o conhecimento e compreender a dimensão desse transtorno.

Diante disso, as teorias científicas passam a fazer parte do contexto, na busca racional pela integração. Depois veio o paradigma de serviços. Este modelo defendia a reinserção do portador de necessidades especiais na sociedade, com todo o auxílio, para que ele pudesse competir pelo seu espaço.

3.1 CARACTERÍSTICAS E DIAGNÓSTICOS DO AUTISMO

O autismo tem diversas maneiras de se manifestar por conta dos graus/níveis, porém, o sinal mais apresentado é a comunicação e a interação social, pois o autista demora geralmente a desenvolver a fala e se isola das outras pessoas, mas como ninguém é igual a ninguém, assim também são as características do autismo, havendo diversas maneiras de se apresentar o autismo. No entanto, algumas características são dificuldades para se relacionar visualmente, não atendem quando são chamados pelo nome, não respondem a sorrisos, não gostam do toque, dos beijos e dos abraços, não mudam o comportamento na presença de pessoas estranhas, não fazem amigos, brincam com os objetos de forma diferente e se sentem atraídos por objetos que rodam (hélice de ventilador, roda de carro). Muitos são resistentes à dor e, para aprender algo, é necessário repetir.

Algumas crianças podem ter a visão, a audição, o tato, o olfato e/ou o paladar excessivamente sensível (aumentado ou diminuído) e perda de habilidades sociais e de

comunicação em qualquer idade, entres outras características. O diagnóstico do autismo é clínico, mas só é percebido por avaliações e observações de comportamentos vistos por pessoas mais próximas, assim, é de responsabilidade familiar a busca por um neuropsicólogo, para que de fato ocorra a anamnese, que tem o intuito de colher dados sobre o indivíduo, desde a gestação e o desenvolvimento em cada etapa do início da vida. A partir disso, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) surgiu para auxiliar na descrição de transtornos psicológicos, sendo parte de uma necessidade como ferramenta de auxílio para os profissionais da saúde mental, ajudando nos diagnósticos de cada paciente.

Para Serra, (2004, p. 19-20), faz-se necessário alguns sintomas:

Para que uma criança seja diagnosticada como autista é necessário que a mesma apresente sintomas que se enquadrem em pelo menos seis (ou mais itens) que avaliam comprometimentos qualitativos nas áreas de interação social, comunicação e padrões de comportamento, interesse ou atividades estereotipadas; é preciso que seja identificado um atraso ou funcionamento anormal nas áreas de interação social, linguagem com fins de comunicação social e jogos simbólicos antes dos três anos de idade. Apesar de ser reconhecido que o autismo pode ocorrer isoladamente ou em associação com outros distúrbios que afetam o funcionamento cerebral, tais como a Síndrome de Down ou a epilepsia, é necessário distingui-lo da Síndrome de Rett ou do Distúrbio Desintegrativo da Infância. (Serra, 2004, p. 19-20).

Como dito acima, para o diagnóstico do autismo, o indivíduo deve apresentar sintomas e características específicos, ressaltando que pode ocorrer isolado ou acompanhado de outros transtornos, sendo necessário distingui-lo dos demais, para que assim o laudo seja dado e o sujeito possa ter seus direitos como deficiente intelectual.

3.2 DESAFIOS DOS PROFESSORES NO PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS TEA NO ENSINO REGULAR

A análise sobre os desafios dos professores frente aos alunos com TEA partirá do ponto das dificuldades existentes para incluir esses alunos, apesar das formações, da busca de 10 conhecimentos, a prática sempre será desafiadora, pois muitas vezes o professor não está preparado para lidar com tais limitações.

No entanto, a falta de preparo do docente é um dos fatores que impede o desenvolvimento dos alunos TEA, já que incluir não é apenas matricular e colocar os alunos dentro de sala de aula, mas sim buscar metodologias apropriadas, cursos, formação continuada e inovações para que de fato esse aluno se desenvolva e tenha uma aprendizagem significativa

e prazerosa. O importante é incluir realmente esses alunos na sala de aula, pois eles precisam, sim, de um acompanhamento atencioso e dedicado.

Nesse contexto, a formação continuada ajuda a formar um perfil profissional que quer um desenvolvimento de habilidades para melhorar o processo de ensino e aprendizagem e a construção e consolidação das estratégias de ensino. Um dos objetivos da formação continuada é estimular, no professor, o desenvolvimento de capacidades para melhorar o processo de ensino e trocas de saberes que acontece na escola a cada dia.

As escolas devem atender os princípios constituídos e garantidos em leis a fim de proporcionar ao aluno o necessário para uma educação de qualidade e inclusiva. Assim, após a etapa de matrícula, o aluno TEA deve ser incluído em sala de aula com os demais alunos, mas com um profissional de apoio para ajudar com suas necessidades. Esse profissional deve estar com ele durante todo o período que ele fica na escola. O professor deve adaptar metodologias para provocar o interesse do TEA, para que ele se desenvolva eficazmente, por isso, faz-se necessário criar metodologias de ensinar e de aprender, e sejam efetivamente utilizadas no cotidiano de tais alunos com essa deficiência, considerando as dificuldades no ensino e aprendizagem e a forma de compreender alguns comandos em algumas situações, pois o processo de aprendizagem é lento e requer muita paciência.

Com isso, é fundamental que a criança TEA esteja desde pequena no ambiente escolar, pois ele a ajuda a se relacionar com outras pessoas, a se desenvolver cognitivamente, a coordenação motora e a comunicação. Com isso, a escola, como instituição da sociedade, deve adaptar a relação entre aluno e suas necessidades em se socializar com os outros alunos e toda a comunidade escolar, preparando-o para convivência em sociedade, sem que ocorra discriminação e falta de interesse mútuo. É de grande importância a socialização dos TEA com outras pessoas, tanto para o lado social quanto afetivo e cognitivo, para que assim não haja bloqueio ao se deparar em algumas situações desconhecidas como, por exemplo, eventos escolares com outros alunos, passeios, e até mesmo visitas diferentes no cotidiano do aluno.

Atualmente, o portador de necessidades especiais, possui muitos direitos conquistados, advindos de décadas de lutas, porém a falta de informação de grande parte dos deficientes faz com que ele se abstenha desses direitos. Esta falta de informação hoje não deveria ser um empecilho, considerando os meios de comunicação existentes na atualidade, pois se o Estado utiliza a internet, o rádio, a TV e redes sociais com matérias às vezes sem interesses para a sociedade, dever-se-ia utilizá-los para divulgar os direitos existentes.

Portanto, é indispensável o contato com toda a escola e com alunos sem deficiência alguma, para a socialização acontecer sem discriminação, ou porventura ocasiões desagradáveis

dentro do âmbito escolar e fora dele. A inclusão dos alunos TEA certamente é um dos vários desafios para o sistema educacional, que mesmo que seja amparado por lei, encontra-se muita dificuldade nesse processo, tanto para as instituições quanto para os próprios alunos. A inclusão na rede de ensino de fato é acolher a todos os cidadãos, independentemente das particularidades de cada um.

Como dito anteriormente, os desafios dos TEA começam pelas várias características que eles têm em relação à comunicação e à interação social com outras pessoas, assim, o vínculo afetivo é um dos percalços que existem nas relações dos autistas, por isso, necessita-se de um profissional capacitado para ajudar nas necessidades que eles têm em sala de aula.

Como se sabe, existem os planos de aulas que organizam as atividades propostas, mas muitas vezes a sobrecarga do professor não permite que ele faça o plano de aula individual para o aluno TEA, pois a avaliação destes alunos é diferente, uma vez que seu desenvolvimento é pelas poucas coisas que aprendem diariamente, seja por falar um oi ou aprender a brincar com algo específico. Existem muitos desafios que prejudicam o desenvolvimento dos autistas no processo de inclusão, como a depressão, a dificuldade em adaptação de rotina, as metodologias ofertadas pelo professor e a falta de compreensão da comunidade escolar em não saber lidar com esse transtorno, seja por falta de conhecimento da temática ou por falta de interesse.

Nesse sentido, podemos perceber que os desafios para o professor são muito grandes, mas ser professor já é um desafio, por isso, ao entrar nessa profissão, deve-se amar o que faz e sempre estar inovando em suas formas de trabalhar, para isso existem cursos de formação continuada, cursos sobre determinados transtornos, palestras e várias outras qualificações, o que não pode acontecer é o professor parar no tempo e achar que as coisas não mudam, pois cada dia que passa mais pessoas com deficiências estão surgindo, e o professor deve estar sempre em constante evolução, buscando se integrar nas novidades e se adaptando para qualquer situação que venha ocorrer em sua profissão.

Outro desafio dos alunos TEA é a necessidade que eles têm em se adaptar às salas de aula, seja pela quantidade de pessoas desconhecidas ou por não conseguir interagir. Sabe-se que é difícil adaptações na prática, principalmente envolvendo deficiência intelectual, mas se todos procurarem entender e compreender o que está ao seu alcance, ameniza o desconhecido e a forma de lidar com esses alunos.

Dessa forma, a falta de preparo do professor é um dos fatores que impedem o crescimento dos alunos TEA, uma vez que incluir não é apenas matricular e colocar os alunos em sala de aula, mas sim buscar metodologias adequadas, cursos, formação continuada e inovações para que, de fato, esse aluno se desenvolva e tenha uma aprendizagem significativa

e prazerosa. É crucial incluir efetivamente esses estudantes em sala de aula, já que eles requerem um acompanhamento atento e dedicado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo proporcionou melhor entendimento sobre o TEA e as suas dificuldades no processo inclusivo no ensino regular. Diante de muitas lutas, a inclusão do TEA no ensino regular é assegurada pela Lei, mas continua em andamento, pois escolas devem comprimir essa inclusão, mas nem sempre está sendo realizada como deveria. Assim como o despreparo dos profissionais e a falta de acompanhantes qualificados é uma das causas que impossibilita que se realize, de fato, a inclusão.

As lutas e conquistas dos portadores de necessidades especiais no decorrer dos anos foram grandes, porém ainda há muito que ser feito para que os portadores de necessidades especiais possam viver com mais dignidade.

Pensar sobre a história sugere que descobramos que todas as ações de uma sociedade são espontâneas e naturais, e que sua essência sempre foi boa desde o início dos tempos. A questão dos portadores de necessidades especiais foi e é vista como algo que não pertence à nossa sociedade, tendo suas conceituações modificadas ao longo dos tempos, seja por fatores econômicos, religiosos ou sociais de cada época.

Sendo assim, devem-se propor maneiras para que essa inclusão seja eficaz e plausível por todos da comunidade escolar. Ressaltou-se que o tema autismo ainda acarreta muitas discussões, principalmente pelo fato de não ter uma resposta de como lidar especificamente com esse transtorno. Há de se considerar que cada grau é uma metodologia, e que cada aluno precisa de uma atenção específica.

O autismo é diagnosticado por consulta com um pediatra, ou por um neuropediatra, observando o comportamento da criança, com isso, faz-se necessário a participação familiar para auxiliar no processo de inclusão, buscando sempre a facilitação para a comunidade escolar conhecer cada caso.

Contudo, o ato de incluir está em andamento, para cada vez mais ser um processo efetivado com sucesso na rede de ensino, e isso vem sendo um grande desafio para o sistema educacional, assim, deve-se procurar estratégias e soluções possíveis para melhorar o processo de inclusão.

Sendo assim, é de responsabilidade escolar procurar meios para o processo inclusivo acolher a todos sem exceções, e desenvolver métodos que incluam os TEA em todo processo

de ensino, para que assim os educadores conheçam as dificuldades e possam compreender quais métodos adequados devem ser utilizados em sala de aula, propiciando uma verdadeira inclusão.

5 REFERÊNCIAS

ALVES, Márcia de Mesquita Cardoso; LISBOA, D. de O.; LISBOA, D. de O. **Autismo e inclusão escolar. IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade.** 2010. Disponível em: Acesso em: 17 nov. 2022.

ARAUJO, Marielle Flávia do Nascimento, et al. **Autismo, níveis e suas limitações: uma revisão integrativa da literatura.** Disponível em: < <https://www.revistaphd.periodikos.com.br/article/10.56238/phdsv2n5-002/pdf/revistaphd-02-05-8.pdf>>. Acesso em 04 de julho 2024BRASIL. LEI Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.764%2C%20DE%2027%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202012.&text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de,11%20de%20dezembro%20de%201990. Acesso em: 13 nov. 2022.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. **O trabalho protegido do portador de deficiência.** Justitia, São Paulo, v. 63, n. 195, p. 149-156, jul./set. 2001. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br//dspace/handle/2011/24106>>. Acesso em: 20 set. 2022.

GÓMEZ, A. M. S.; TERÁN, N. E. **Transtornos de aprendizagem e Autismo.** Cultural, S. A, 2014.

KLIN, Ami, **Autismo e síndrome de asperge: uma visão geral.** Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-44462006000500002>>. Acesso em 04 de julho de 2024.

MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva,** 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

OLIVEIRA, Sandra; MASSOLIN, Ana. **Estudo sobre a análise do comportamento aplicada (aba) e sua contribuição para a inclusão de crianças com transtorno do espectro autista (tea), graus II e III no ensino fundamental I. -, [S. l.],** pág. 1-20, fev. 2021.

SERRA, Dayse C. G. **A inclusão de uma criança com autismo na escola regular: desafios e processos.** 2004. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/dayse_carla_genero_serra-me.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2022.